

Impacto social do agro brasileiro

» JÚLIO RAMOS

Secretário-adjunto de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura

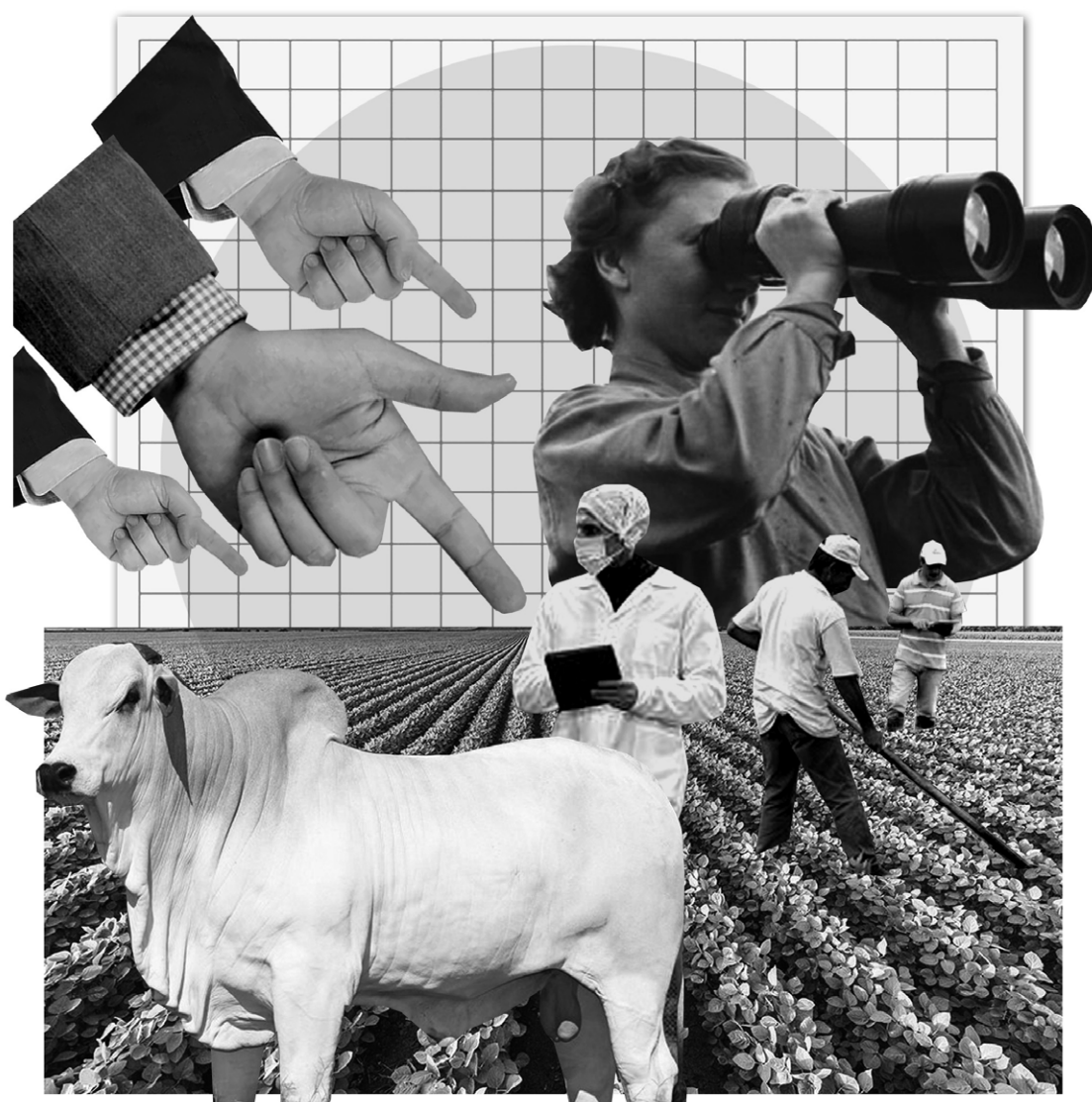
O agro no Brasil é frequentemente celebrado por sua força econômica, mas seu impacto tem ido muito além da economia. O setor, que compõe cerca de um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) do país, representa quase metade das exportações brasileiras e emprega aproximadamente um quarto da população, tendo sido um motor fundamental na transformação social das comunidades onde atua.

Durante a pandemia, quando diversos setores enfrentaram retrações significativas, o agronegócio continuou a produzir em larga escala, graças à dedicação incansável de muita gente. Essa capacidade de manter a cadeia alimentar mundial em movimento não apenas ajudou a mitigar as quedas no PIB anual, mas também reforçou a importância de um setor brasileiro eficiente e resiliente. Para se ter uma ideia, em 2023, de acordo com o boletim do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), cerca de 28,5 milhões de pessoas estavam empregadas no setor agrícola no Brasil, o que representa 27% do total de empregos do país.

Além do impacto econômico direto, é importante destacar o papel fundamental do setor no desenvolvimento humano nas regiões em que está presente. Estudos indicam que, em municípios agrícolas consolidados dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) supera a média estadual.

Um aspecto chave dessa evolução está relacionado ao foco na educação. Em muitas cidades agrícolas, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) ultrapassou as médias estaduais, indicando um investimento significativo no potencial humano das próximas gerações.

O sucesso do agro brasileiro também está ligado ao cooperativismo. Com quase 2 mil cooperativas agrícolas espalhadas pelo país, abrangendo mais de um milhão de cooperados, o modelo cooperativista demonstra sua eficácia e importância. Essas cooperativas não só contribuem significativamente para o PIB, mas também desempenham um papel fundamental na criação de oportunidades de trabalho e incremento financeiro, promovendo o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais.



G Z

No último ano, o Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil, por meio da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais, empreendeu uma série de missões internacionais para promover o setor, combater percepções equivocadas sobre o produtor brasileiro e reforçar a imagem positiva do agro nacional. Uma iniciativa que resultou em benefícios significativos, como recorde na abertura de novos mercados e acesso inédito de novos produtos. Esforço que não só impulsionou a produção agrícola, mas também promoveu o crescimento econômico ao gerar emprego e renda, beneficiando especialmente os pequenos e médios agricultores em todo o país.

O agro no Brasil tem dado grandes passos não apenas para fortalecer a economia, mas para também para gerar mudanças positivas na sociedade com sustentabilidade. Um exemplo brilhante disso é o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Áreas Agrícolas, liderado pelo Ministro Carlos Fávaro e pelo secretário de

Comércio e Relações Internacionais do Mapa, Roberto Perosa. Uma grande iniciativa que visa apoiar os pequenos e médios produtores com o plano de converter 40 milhões de hectares de áreas em desuso em 10 anos.

Portanto, o agro no Brasil transcende a sua contribuição meramente econômica, emergindo como uma força transformadora na sociedade. Sua capacidade de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico, melhorar os indicadores de educação e saúde, e fomentar um ambiente de trabalho cooperativo, reflete o seu papel integral na promoção de um futuro sustentável e inclusivo. Iniciativas mencionadas evidenciam a visão estratégica do setor em harmonizar a produtividade com a preservação ambiental e o desenvolvimento humano. Com um olhar voltado para o futuro, o agro não só fortalece a economia, mas também semeia as bases para uma sociedade mais justa, educada e próspera, destacando-se como um modelo de sucesso global em sustentabilidade e inovação social.

A epidemia de desrespeito às setas de conversão

» FÁBIO PAIVA

Jornalista

No cenário do trânsito contemporâneo, um fenômeno preocupante tem se espalhado pelas estradas e, principalmente, vias urbanas: a “epidemia” de desrespeito às setas de conversão. Tanto quanto a epidemia da dengue, essa também provoca mortes. Essas pequenas, porém cruciais, ferramentas de comunicação entre condutores estão sendo ignoradas de forma alarmante, resultando em situações perigosas e desrespeito às normas de trânsito. Um problema que merece atenção urgente, especialmente quando consideramos as implicações para a segurança viária e a qualidade do ambiente urbano.

Brasília, uma cidade que já foi referência em respeito às normas de trânsito, enfrenta agora um dilema que mancha sua reputação: a falta generalizada de uso das setas. Enquanto outrora celebrada por sua atenção às faixas de pedestres, a capital brasileira agora se destaca por uma prática desrespeitosa e perigosa que ameaça a segurança de seus cidadãos.

A recusa em utilizar as setas de conversão não é apenas uma questão de cortesia ou etiqueta no trânsito. Trata-se, acima de tudo, de um imperativo de segurança. A sinalização adequada das intenções do condutor é essencial para que outros usuários da via possam antecipar e reagir de maneira apropriada às mudanças de direção. Afinal, “nem todos” que seguem atrás têm o dom da vidência. Ao negligenciar o uso das setas, os condutores colocam em risco não apenas suas próprias vidas, mas também a de pedestres, ciclistas e outros motoristas.

É importante ressaltar que a falta de uso das setas de conversão não é apenas uma contravenção de etiqueta no trânsito, mas também uma violação das normas legais. Em muitos países, incluindo o Brasil, a legislação de trânsito estipula claramente a obrigatoriedade do uso das setas ao realizar manobras de conversão ou mudança de faixa. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), o uso da seta é obrigatório para todos os motoristas. Deixar de usá-la é considerado uma infração grave, que gera multa de R\$ 195,23 e cinco pontos na carteira de habilitação.

Diante desse cenário preocupante, é imperativo que medidas sejam tomadas para combater o que considero uma epidemia de desrespeito às setas de conversão. Isso inclui uma abordagem multilateral, que envolve tanto a aplicação rigorosa das leis de trânsito quanto à educação e conscientização dos condutores sobre a importância do uso responsável das setas.

As autoridades de trânsito têm um papel fundamental a desempenhar na fiscalização e aplicação das normas existentes. É essencial que haja uma resposta firme e consistente a comportamentos irresponsáveis no trânsito, incluindo a falta de uso das setas de conversão. Isso pode ser alcançado por meio de operações de fiscalização regulares, acompanhadas de campanhas de conscientização pública que destaquem os riscos e consequências da negligência no uso das setas.

Além disso, é fundamental investir em programas de educação no trânsito desde

a idade escolar, ensinando aos futuros condutores não apenas as regras básicas da condução, mas também a importância do respeito mútuo e da responsabilidade compartilhada na via pública.

Em última análise, a epidemia da falta de uso das setas de conversão é um reflexo de uma cultura de irresponsabilidade e individualismo que permeia muitos aspectos de nossa sociedade contemporânea. No entanto, é um problema que pode e deve ser abordado com determinação e comprometimento por parte de todos os envolvidos: condutores, autoridades de trânsito e a sociedade em geral. Somente através de uma abordagem abrangente e colaborativa podemos esperar reverter essa tendência preocupante e criar um ambiente de trânsito mais seguro e respeitoso para todos.

A falta de uso das setas de conversão apresenta um desafio significativo para a segurança viária e a qualidade do trânsito urbano. É fundamental que a sociedade e as autoridades de trânsito trabalhem juntas para promover uma mudança cultural que valorize o respeito mútuo e a responsabilidade compartilhada nas estradas e nas vias públicas. Ao fazer isso, podemos criar um ambiente de trânsito mais seguro e harmonioso. Por que eu, particularmente, estou farto de passar raiva e tomar sustos diários no trânsito. Também considero que perdi muito do meu precioso tempo promovendo campanhas solitárias nas redes sociais que, de forma recorrente, foram ignoradas pelas autoridades e motoristas.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Economia real

No bê-á-bá das escolas de economia, há muito, sabe-se que o tão almejado equilíbrio nas contas públicas, medida fundamental para combater a inflação e, consequentemente, o déficit no Orçamento, é a primeira e, talvez, a única ação prática para reordenar as contas e os gastos públicos. A medida é necessária, sobretudo, para manter a saúde da moeda, no nosso caso o real. Todos os países do Ocidente que passaram por crises econômicas seguiram, invariavelmente, esse receituário. Claro que, nesses casos, as primeiras medidas miram os gastos supérfluos, como é o caso dos supervalários, das mordomias e privilégios de toda ordem.

Um dos grandes problemas com a desorganização das contas públicas é que ela afeta, justamente, a moeda do país, e, em muitos casos, é o verdadeiro calcanhar de Aquiles de toda a economia. A persistência na extrapolação dos gastos públicos acaba por provocar um efeito sistêmico na economia, dando às contas do governo um caráter inercial, ou efeito bola de neve. Surge como resultado do que os economistas denominam como inflação inercial, ou seja, passa a ganhar vida própria, retroalimentando-se e projetando seus efeitos nefastos para o futuro. Eis a grande dificuldade no seu controle.

Essa e outras lições devem ser aprendidas, por questões de racionalidade ou mesmo por amor ao país e respeito à população. Neste ano, o real completará 30 anos. Deveria, em razão da idade adulta, ter aprendido com os erros do passado, sobretudo, após 2003. De lá para cá, as lições e todo o receituário para a boa condução da economia, mantendo o país nos trilhos do bom senso, foram sendo descartadas uma a uma, sob a falsa justificativa de que essas eram medidas do tipo neoliberal, conservadoras e outros epítetos de ordem puramente ideológicas.

O resultado dessa análise é a inflação acumulada desde a implantação do Plano Real, que chega hoje a casa dos 700%, ou seja, R\$ 100 em 1994, que na época daria para encher um carrinho nos supermercados, hoje, equivale a R\$ 12.

A moeda, o ativo mais importante da economia de um país perdeu, significativamente, seu poder de compra. Na raiz do problema, alinham-se, além dos gastos e descontrole nas contas públicas, um misto entre a má aplicação dos recursos e a corrupção desenfreada. Para se ter uma ideia da perda de compra de nossa moeda, basta dizer que, quando o real foi lançado em 1994, o arroz de primeira linha custava R\$ 0,64 o quilo. Hoje, o quilo desse produto básico da alimentação dos brasileiros custa em torno de R\$ 11, uma alta de quase 500%. O mesmo ocorre com o feijão, que custava, na época, R\$ 1,11 o quilo. Hoje, esse produto está sendo vendido nos supermercados por R\$ 9 ou uma alta de 700%. O mesmo ocorre com a paridade da moeda frente ao dólar. Em 1994 era possível comprar US\$ 1 com R\$ 1. Hoje, a moeda americana custa algo como R\$ 5. Frente ao dólar, o real teve uma desvalorização em torno de 400%. Não é pouco. É preciso destacar que foi a independência do Banco Central, das intromissões do governo, que permitiu que o real não perdesse, ainda mais, seu valor de face. A questão fundamental nesse momento é observar que, se nada for feito, corremos o risco de voltarmos à estaca zero, anterior a 1994, com o estouro nos gastos públicos, alta da inflação e mais perda no poder de compra do real. Tudo porque as diretrizes sensatas para a economia, trazidas pelo Plano Real, continuam sendo desprezadas ou sequer seguidas minimamente.

» A frase que foi pronunciada:

“Fizemos (o Plano Real) em menos de quatro anos, faremos em quatro anos mais do que em toda a história do nosso país. É ou não é demagogia dizer que este país não olha para o social? É ou não é palavra vã, que se perde, por certo, diante dos fatos? Contra os fatos não há retórica”

FHC, no discurso dos quatro anos do Real

Reforma

» Um Vade Mecum por ano mostra como as nossas leis são transformadas continuamente. A Agência Senado anuncia que, no próximo dia 26, a comissão de juristas, conduzida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, apresentará o texto do anteprojeto do novo Código Civil. Renovado e adaptado à nova era digital.

Seja feita

» O deputado Reginaldo Veras foi injusto com o governador Ibaneis. As ações preventivas da dengue também são de responsabilidade da população. Pode ser que falem campanhas publicitárias de esclarecimento para contribuir. Acontece que a dengue está matando em todo o país. No DF, está definida a limpeza, visita de agentes de saúde e fumacê.

Abrolhos

» Policial que foi obrigado a usar câmeras corporais nas abordagens resmungou para os colegas: “Nossos representantes no Congresso também deveriam usar uma câmera dessas. Seria interessante”

» História de Brasília

É preciso que a polícia entenda que sua verdadeira missão não é matar, maltratar, espancar, torturar. Polícia tem sentido social, polícia deve significar ajuda e nunca uma arma de coação. (Publicada em 21/4/1962)